

A nova arquitetura da dominação



Por **RENATO FRANCISCO DOS SANTOS PAULA***

A globalização da informação trouxe à tona uma nova arquitetura de dominação. O Estado burguês histórico e clássico era simultaneamente instrumento e campo da luta de classes. Mas essa função vem sendo tensionada por um novo tipo de entidade, as plataformas digitais.

Quando Donald Trump anunciou o aumento das tarifas de importação para o Brasil em 50%, o fato pareceu aos desavisados, mais um capítulo de protecionismo econômico isolado. Mas o gesto revela, em essência, um sintoma mais profundo: a fragilidade da mediação estatal clássica diante de um arranjo global em que o poder econômico e o controle simbólico já não se limitam às fronteiras nacionais nem dependem exclusivamente dos governos para se impor.

Em meio a tensões geopolíticas, populismos de direita e extrema direita e guerras comerciais, a arquitetura do poder mundial expõe sua mutação quase silenciosa. A disputa por tarifas, subsídios ou zonas de influência econômicas serve de verniz para processos que se desdobram muito além dos gabinetes estatais: ideologias de viés autoritário se misturam aos algoritmos, plataformas e monopólios digitais que reescrevem as condições de produção, circulação e manipulação de informação em escala global.

Com isso moldam o capitalismo destes novos tempos e ameaçam não apenas o próprio sistema, mas também a vida humana quando passam a conformar de modo mais intenso nossas subjetividades.

Imperialismo econômico e a ideologia do desenvolvimento

Não é de hoje que a ideologia delirante de Donald Trump invade os domínios falaciosamente autorregulados do mercado mundial. Em seu primeiro governo, de 2017 a 2021, medidas sustentadas em falsos argumentos econômicos também tiveram lugar.

Na ocasião, em artigo publicado no [Global Journal of Human Social Science and Economics](#) havíamos informado que no dia 10 de fevereiro de 2020 o Departamento de Comércio dos Estados Unidos publicou uma medida que aumentava o poder norte-americano para agir contra subsídios de exportação. A medida consistiu em alterar a classificação de mais de 20 países considerados como “países em desenvolvimento” para “países desenvolvidos”, dentre eles Argentina, Brasil, Colômbia e Costa Rica.

Dentre os critérios considerados para justificar a alteração estavam: (a) países com participação acima de 0,5% no total do comércio mundial, sendo Brasil, Índia, Indonésia, Malásia, Tailândia, Vietnã, Hong Kong e Singapura; (b) países membros da União Europeia, o que incluiu na lista Bulgária e Romênia; (c) países membros ou em processo de entrada na OCDE como Colômbia e Costa Rica; (d) países membros do G20 como Índia, Indonésia, Argentina e África do Sul e; (e) países que se consideram desenvolvidos ou que nunca se declararam em desenvolvimento junto à OMC como Albânia, Armênia,

Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Montenegro, Macedônia e Ucrânia.

Em nossa reflexão lembramos que o status de país desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido não tem apenas implicações simbólicas. Essas classificações determinam o modo como os países são tratados nas transações comerciais internacionais. Elas (as classificações) acabam sendo tomadas como unidade de medida para mensurar a autonomia do país com relação a sua própria política econômica.

Embora os países de orientação liberal ou ultraliberal – como era o caso do Brasil em 2020 – refutem o intervencionismo estatal, é sabido que poucas medidas do desenvolvimento capitalista podem prescindir de uma articulação entre mercado e Estado.

Assim, muitas vezes os países podem subsidiar a produção de bens e serviços para induzir o desenvolvimento de determinados setores de suas economias, o que pode gerar litígios intermináveis nos tribunais internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), por exemplo. É por isso que subsídios como benefícios fiscais ou incentivos financeiros são mais tolerados nos países menos desenvolvidos. A ideia central é contribuir com o “desenvolvimento” desses países.

Na semana passada a União Europeia voltou a pressionar os Estados Unidos após sucessivos bloqueios norte-americanos à recomposição do Órgão de Apelação da OMC, inoperante desde 2020. Parlamentares europeus chegaram a ventilar que estudam a possibilidade de [expulsão dos EUA da organização](#), algo inédito e de altíssimo impacto político e econômico.

Essa tensão é decorrente dos delírios imperialistas do presidente estadunidense que se vale da adoção de novas tarifas comerciais unilaterais para reativar o papel norte-americano como desestabilizador das regras do comércio internacional.

Para a União Europeia, trata-se de uma tentativa deliberada de esvaziar a governança global, o que motivou o anúncio de contramedidas tarifárias, reforço a alianças comerciais no Indo-Pacífico e a proposta de criação de instâncias paralelas de arbitragem comercial.

Os delírios trumpistas de agora, bem como as medidas de 2020, embora abrangentes, possuem alvos específicos: em 2020 a China e agora os BRICS, que inclui a China novamente, mas que coloca o Brasil também nessa berlinda. Na época, (2020) foram retirados benefícios comerciais chineses.

Naquela ocasião, Donald Trump se pronunciou diversas vezes sobre o assunto, inclusive na reunião do Fórum Econômico Mundial em Davos daquele ano, dizendo: *“China is viewed as a developing nation. India is viewed as developing nation. We’re not wiewed as developing nation. As far as I’m concerned, we’re a developing nation, too”*.[\[1\]](#)

Assim, o excêntrico presidente (para dizer o mínimo) expressou sua insatisfação com o uso de um expediente criado pelo próprio governo norte-americano desde a Era Truman: [a ideologia do desenvolvimento](#) e a regulação das transações econômicas como sua forma fundamental (e insidiosa) de materialização.

De um lado, sabemos que os países latino-americanos apresentam diferentes graus de desenvolvimento, todavia, suas economias ainda permanecem vinculadas a um tipo de regulação externa que os induz a acreditar nas possibilidades de desenvolvimento, sem, contudo, reverter seus níveis de dependência com relação aos países de capitalismo central. Trata-se, portanto, de uma ideologia que possibilita avanços tópicos, sazonais e específicos, mas não supera a subordinação econômica e política do subcontinente.

E, consideramos, pois que esse processo não é parte episódica de uma trajetória rumo ao eldorado da prosperidade (neo)desenvolvimentista, mas sim uma forma específica do existir capitalista, que, para além das relações mercantis, envolve o movimento internacional de capitais (sobretudo nas oscilações do investimento estrangeiro direto – IED), a influência política sobre as dinâmicas de industrialização e desindustrialização, os tipos diferentes de nacionalismo e a

dependência tecnológica.

Deste modo, a integração da América Latina à economia internacional resulta dessa conjunção de fatores, parte deles já evidenciados em clássicos das ciências sociais como as obras de autores da TMD como Ruy Mauro Marini, recentemente sistematizada por [Rodrigo Castelo e Fernando Correa Prado](#) e que nos leva à conclusão de que aspectos ideológicos revestem desde sempre as regulações macroeconômicas em escala global ou local, mas quando se trata do ideologismo delirante da extrema direita não é somente a economia que acirra suas estruturas opressoras, mas sim todo um modo de vida que regride.

Nesse cenário, a dominação não opera apenas pelas vias tradicionais do imperialismo comercial ou da hierarquização interestatal fundada na ideologia do desenvolvimento. Ao contrário, o capitalismo contemporâneo combina mecanismos antigos com novas engrenagens tecnológicas, que expandem e aprofundam a dependência estrutural dos países periféricos.

O controle sobre fluxos de dados, plataformas digitais e infraestrutura de informação passou a desempenhar um papel estratégico, reforçando a subordinação econômica e política em moldes inéditos. Estamos, portanto, diante de uma reconfiguração do imperialismo, em que a mediação estatal clássica cede lugar – ou se funde – a formas de poder exercidas por plataformas transnacionais que operam à margem da soberania nacional. É esse o pano de fundo para compreendermos a ascensão do que chamamos alguns autores tem chamado de Estado Platafórmico.

O Estado em crise e a ascensão dos monopólios digitais

As transformações recentes – como a revolução digital, a financeirização da economia e as tentativas de esvaziamento das soberanias nacionais – evidenciam mudanças significativas que podem ser consideradas como uma mudança de tempo histórico. A globalização da informação trouxe à tona uma nova arquitetura de dominação.

O Estado burguês histórico e clássico, como formulado por autores como Marx, Engels, Gramsci, Althusser ou Poulantzas, era simultaneamente instrumento e campo da luta de classes. Seu papel era garantir, pela força e/ou pelo consenso, a reprodução da ordem capitalista e os meios de extração de valor. Mas essa função vem sendo tensionada por um novo tipo de entidade, as plataformas digitais.

A tensão sobre a soberania dos países, por exemplo, historicamente ancorada nas lógicas de subordinação vividas no plano industrial e financeiro nucleadas pela “ideologia do desenvolvimento” agora se reproduz no campo digital. A decisão inócua do governo trumpista de cancelar o visto estadunidense do Ministro do STF Alexandre de Moraes se coaduna a decisão de averiguar redes sociais e a vida digital de usuários que solicitam o visto para entrada naquele país. O delírio orgânico se vincula aos comandos digitais.

O Google decide o que é visível. O Facebook estrutura o debate público. A Amazon presta serviços não apenas a consumidores, mas a governos inteiros. O cidadão torna-se “usuário”, e sua subjetividade passa a ser mediada por códigos, estatísticas e métricas de engajamento. Os dados são a nova moeda, e as plataformas, os novos soberanos, alguns autores já falam em [tecnofeudalismo](#) (VAROUFAKIS, 2024; CÉDRIC, 2020) que une o indivíduo ao corpo social (e estatal) virtualizado.

O Estado platafórmico - quando corporações assumem funções estatais

É nesse contexto que surge o conceito de [Estado Platafórmico](#), desenvolvido pelo filósofo francês Pierre Lévy. Para ele, as Big Techs — Google, Amazon, Facebook, Apple, Microsoft, etc. — passaram a exercer funções sociais e políticas historicamente atribuídas aos Estados-nação: controle do espaço público, certificação de identidade, cartografia, regulação financeira, produção de memória coletiva, extração de valor, etc. Esse processo enfraquece em grande medida a capacidade dos países periféricos de organizar autonomamente suas políticas públicas, intensificando a dependência

tecnológica e informacional.

Ao contrário da utopia da “inteligência coletiva” que Pierre Lévy imaginava nos anos 1990, a internet tornou-se um espaço de dominação simbólica, com algoritmos definindo o que é verdadeiro, relevante ou aceitável. Para Pierre Lévy, essas corporações operam uma forma de poder político radicalmente nova: ideológica, onipresente e difícil de contestar, porque ela não se impõe pela força, mas pela adesão inconsciente.

O papel do rádio e da televisão na dominação tradicional, como nas experiências nazistas e fascistas foi fundamental para o êxito desses regimes de força, mas não se compara ao que assistimos atualmente, tanto pela rapidez e fluidez da informação quanto pela escala.

Estado-plataforma ou plataforma de Estado?

É importante distinguir o Estado Platafórmico do chamado Estado-Plataforma, conceito debatido por autores como Nick Srnicek e Evgeny Morozov. Enquanto o primeiro denuncia a substituição de funções públicas por corporações privadas, conformando quase que um novo tipo de Estado com o acúmulo de recursos que superam o PIB de muitos países, o segundo descreve uma tentativa de modernização dos próprios governos, que incorporam ferramentas e lógicas digitais para prestar serviços sob o argumento do aumento da eficiência.

Na prática, contudo, essas fronteiras são tênues. Durante a pandemia de Covid-19, vimos Estados nacionais dependerem das Big Techs para rastrear infectados, disseminar informações e gerenciar a crise, sobretudo países como o Brasil que insistem em não desenvolver seus próprios recursos tecnológicos e se valer daqueles advindos da indústria imperialista. Ou seja: mesmo quando o Estado permanece formalmente soberano, sua infraestrutura é, em muitos casos, terceirizada.

O [Brasil é o terceiro país do mundo que mais consome redes sociais](#) e está, ao mesmo tempo, em primeiro lugar no ranking dos países [onde mais se acredita em fake news](#). As redes sociais genuinamente nacionais sequer são conhecidas do grande público.

Entre algoritmos e bastões

A ascensão das plataformas não extingue o Estado — mas o reorganiza. Em momentos de crise, como a de 2008 ou a pandemia da Covid-19, são os Estados que socorrem mercados. São eles que reprimem greves, desmontam protestos, garantem a ordem. A coerção clássica continua ativa, enquanto o consenso é reconfigurado em redes digitais.

Antonio Gramsci já alertava que a hegemonia se trava tanto nos aparelhos do Estado quanto na sociedade civil. No século XXI, essa disputa inclui também as “timelines” e os “feeds” das redes sociais, onde o poder se exerce sem que percebamos — por meio de sugestões, likes e viralizações calibradas por algoritmos opacos, o que pode tanto ser interpretado como uma variação dos aparelhos de Estado tradicionais quanto como novos aparelhos, pois a função de garantir a coesão e consentimento social permanecem.

O que parece mesmo mudar é, além da forma, a intensidade e a escala, afinal, estamos diante de técnicas de poder que moldam condutas e subjetividades (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 21).

Perspectivas críticas

A contribuição marxista segue insubstituível para entender essa nova configuração. Esse seria um dos motivos por que essa nova direita e extrema direita não abandonam o espantelho do “comunismo” ou do “marxismo cultural” como costumam alardear. O Estado burguês, na boa tradição marxista é compreendido como uma instituição de classe. Mas ele não é imutável. As disputas internas, as pressões populares e as contradições da luta de classes seguem moldando sua forma e suas funções.

a terra é redonda

Hoje, essa luta passa também pelo campo digital. Ignorar a lógica das plataformas é repetir o erro de subestimar o poder do capital. Nenhuma forma de dominação é neutra e nenhuma transformação técnica é apolítica.

É por isso que o debate sobre a regulação das redes no Brasil tem envolvido não apenas os especialistas da área, mas também “políticos”, juristas e órgãos inteiros do sistema de justiça e os gigantes da mídia tradicional, além de estar causando polêmicas entre segmentos da mídia alternativa e progressista.

A hegemonia digital não anula as contradições de classe: ela as reconfigura. À sociedade civil, aos movimentos sociais e aos partidos políticos do campo progressista e aos setores críticos da sociedade cabe reconstruir espaços de contrapoder: educação digital, regulação democrática, luta por transparência algorítmica. A emancipação humana, como preconizava Marx, não virá do aperfeiçoamento das plataformas, mas da ação consciente e organizada de sujeitos coletivos.

Se a dominação de hoje passa pelos servidores em nuvem e pelas linhas de código, a resistência também precisa habitar esses espaços, sem esquecer que a verdadeira batalha ainda se trava, como sempre, no chão concreto onde se produz e se vive.

***Renato Francisco dos Santos Paula** é professor de Serviço Social e Administração Pública na Universidade Federal de Goiás (UFG).

Referências

CASTELO & PRADO. Rodrigo & Fernando Correa. *Ruy Mauro Marini Dependência e Revolução na América Latina Textos Seleccionados*. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

DARDOT & LAVAL. Pierre & Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DURAND, Cédric – *Techno-feudalisme – Critique de l'économie numérique*. Paris, Zone/La Découvert, 2020.

LÉVY, Pierre. *Gigantes da Web são o novo Estado*. In FERNANDES, Daniela. *Jornal Valor econômico* publicado em 26 de março de 2021. [Neste link](#).

MOROZOV, Evgeny. *Capitalismo Big Tech: Welfare o neofeudalismo digital?* 1. ed. Madri/Espanã: Enclave de Libros Ediciones, 2018

PAULA, Renato Francisco dos Santos. (2020). Economic Regulation as Materialization of Development Ideology in Latin America. *Global Journal of Human-Social Science*, 20(E4), 1-13. Retrieved from [Neste link](#).

PRADO, Fernando Correa. *A ideologia do Desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil*. São Paulo: Lutas Anticapital, 2020.

SRNICEK, Nick. *Platform Capitalism*. 1. ed. Cambridge: Polity Press, 2016.

VALIM, Carlos Eduardo. “*Estamos discutindo expulsar os EUA da OMC*”, diz Bernd Lange, do Parlamento Europeu”. In *Estadão Economia* em 24 de julho de 2025. Acessado em [Neste link](#).

VAROUFAKIS, Yanis. *Technofeudalism: what killed capitalism*. Hoboken, Melville House Publishing, 2024, 304 págs.

Nota

[\[1\]](#) A China é vista como uma nação em desenvolvimento. A Índia é vista como uma nação em desenvolvimento. Não somos vistos como uma nação em desenvolvimento. Na minha opinião, também somos uma nação em desenvolvimento.

A Terra é Redonda